



## 12. PNAIC

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), é um compromisso assumido pelos governos, federal dos estados e municípios com o objetivo de assegurar que as crianças estejam alfabetizadas até os 8 (oito) anos de idade, final do 3º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais.

O Programa apoia as escolas públicas em diferentes aspectos:

\*Formação Continuada dos Professores;

\*Pagamento de uma bolsa;

\*Distribuição de materiais didáticos e pedagógicos, entre outros, livros de literatura infantil, jogos de português e matemática, para os Professores e estudantes do 1º, 2º e 3º anos

O objetivo do MEC é que 100% das crianças brasileiras estejam plenamente alfabetizadas. E não estamos falando de apenas saber ler e escrever, mas também saber interpretar textos e contar, que não estejam apenas decodificando letras/palavras, escrevendo mecanicamente, mas que saibam interpretar o que leem, produzam textos com sentido, além de usar a matemática em situações do dia-a-dia. Para que isto aconteça, o trabalho vai além das condições oferecidas pelo governo. É preciso criar um pacto entre sociedade, família, escola e governantes.

### 12.1 O PNAIC NO MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA

Em dezembro de 2012, o município de Barra de Guabiraba fez a adesão ao PNAIC, que tinha como equipe, uma Coordenadora e uma Orientadora de Estudo, que após o diagnóstico obtiveram os seguintes dados para o atendimento no início de 2013: 33 Turmas, 34 Professores do 1º, 2º e 3º anos distribuídos em 07 (sete) estabelecimentos de ensino, sendo 04 (quatro) na cidade e 03 (três) no campo, a 618 estudantes.

Iniciando o ano letivo de 2013, e colocando em prática o PNAIC, com perspectivas na busca de novos conhecimentos, para que as crianças tivessem acesso a uma educação de qualidade. **Aprender a ler e escrever é um direito de todos, que precisa ser garantido por meio de uma prática educativa atrativa e inovadora.**





Grances foram as expectativas dos Professores para conhecer o Programa, os textos a serem trabalhados, as atividades propostas. Os Encontros eram realizados aos sábados com a carga horária de 8 (oito) horas, a metodologia utilizada era dinâmica e envolvente, apresentação de vídeos, debate, estudo dos textos em grupos, realização das atividades propostas a ser realizada em sala de aula com os estudantes, socialização com o grande grupo, no sábado seguinte eram socializadas através do relato de experiências como foi vivenciada a proposta de trabalho e os resultados.

O diferencial desta metodologia está na produção realizada pelos professores nos grupos, na Formação Continuada, das atividades que seriam desenvolvidas com as crianças na semana seguinte.

O PNAIC trouxe mudanças nas diferentes práticas de alfabetização vivenciadas pelos Professores, no ensino da leitura e da escrita, decorrentes das novas formações vivenciadas, como: organização das salas de aula, nova forma de planejamento, uso do lúdico e materiais pedagógicos, entre estes jogos diversificados.

No ano de 2014 deu-se continuidade as Formações, houve o atendimento de 33 turmas, sendo 30 de Alfabetizadores cadastrados e 3 (três) de voluntários e 690 estudantes distribuídos em 07 escolas, 04(quatro) na zona urbana e 03 (três) em escolas do campo, os resultados apresentados, segundo a Coordenação da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), em relação aos 2 (dois) anos de vivência do PNAIC, foram de melhoria na prática pedagógica dos professores, na assiduidade e permanência com os estudantes, envolvimento nas aulas e um melhor aproveitamento em seus conceitos avaliativos e consequentemente os objetivos propostos alcançados num percentual significativo.

Observe os dados da Tabela abaixo, constando dados de 2013 e 2014 dos estudantes do 3º ano do município de Barra de Guabiraba – PE.





## 12.2. Meta 5 – Alfabetização Infantil

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Indicador

Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental

Meta Brasil: 97,6%

Situação do Município: 76,1%

Estratégias:

5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2) instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

5.3) selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5) apoiar a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos;





5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

5.7) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.8) promover e fortalecer ações, visando a integração entre, escola, família e comunidade.





### 13. PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Com vistas à formação integral do educando, o município, em concordância com o estabelecido na Portaria interministerial nº 107/2007, implantou a Jornada Escolar ampliada para que de forma processual consolide uma política de Educação Integral, possibilitando um atendimento prioritário aos estudantes que apresentam defasagem idade/série, evasão e repetência. Para alcançar tal objetivo, o Município aderiu ao programa Mais Educação que objetiva a melhoria no ensino e na aprendizagem, que atendem escolas do Ensino Fundamental. São responsáveis pelo Programa Mais Educação, os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento e Combate à Fome, Ciência e Tecnologia, Esporte, Meio Ambiente, Cultura e a Secretaria Nacional da Juventude.

Em 2013, o município foi contemplado com Programa Mais Educação para quatro escolas. Em 2014 atendeu 1.500 estudantes. Estes alunos participaram de um conjunto de atividades educativas dentro dos chamados "macrocampos" vinculados às temáticas de:

Acompanhamento Pedagógico

Direitos Humanos

Banda

Karatê

Esportes

Percussão

O desenvolvimento das atividades é realizado no contra turno e acontece no próprio espaço da instituição escolar e/ou em espaços cedidos por outras instituições.

Este Programa tem sido muito importante, como possibilidade de garantir a alguns estudantes a vivência de uma Educação Integral, onde a criança e o adolescente garante mais de sete horas na escola.







### 13.1. META 6 – EDUCAÇÃO INTEGRAL

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica, até o final de vigência deste PME.

Indicador 6 A – Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7 horas em atividade escolares.

Meta Brasil: 34,7%

Situação do Município: 27,3%

Indicador 6 B - Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.

Meta Brasil: 13,2%

Situação do município: 10,7

#### Estratégias:

6. 1 ) promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6. 2 ) instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6. 3 ) instituir e manter, em regime de colaboração, durante a vigência deste plano, programa de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;



6.4) implantar de forma progressiva com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, até dois anos da vigência de PME, como Projeto Piloto de uma das escolas do Ensino Fundamental Anos Iniciais, pleiteando que até o final da vigência deste Plano tenhamos 50% do total das escolas em regime integral;

6.5) estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.6) atender às escolas do campo, com regime de colaboração, na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

6.7) Implantar, mediante pactuação com o Estado, a União e Instituições envolvidas com esta clientela, a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.8) acotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.



#### 14. META 7 – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA/IDEB

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

**Tabela 33 – IDEB – PROJEÇÃO DAS METAS DA REDE MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA – PE 2015/2017/2019/2021**

IDEB		2013	2015	2017	2019	2021
Rede Municipal- Barra de Guabiraba – PE	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
Rede Municipal- Barra de Guabiraba – PE	Anos Finais do Ensino Fundamental	3,3	3,7	4,0	4,3	4,5
Rede Estadual- Barra de Guabiraba – PE	Ensino Médio	3,6	3,9	4,2	4,5	4,7

Rede Particular- Barra de Guabiraba – PE

\*\*\* Sem média na Prova Brasil 2013; não participou ou não atendeu aos requisitos necessários para ter o desempenho calculado.





## Estratégias:

7.1) fomentar a implantação, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

7.2) assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3) constituir, em colaboração entre a União, o Estado, e o Município, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.4) melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações de aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido, de acordo com as seguintes projeções:

Tabela 34 – PROJEÇÃO DA AVALIAÇÃO – PISA -2015/2018/2021

PISA		
2015	2018	2021
MÉDIA DOS RESULTADOS		
MATEMÁTICA	LEITURA	CIÊNCIAS
438	455	473



7.5) garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.6) assegurar, em regime de colaboração com as instituições afins, as escolas públicas de educação básica da Rede Municipal, acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.7) garantir, em regime de colaboração com Instituições que tratem destes assuntos, PROERD, políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.8) garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.9) mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.10) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;







7.11) universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.12) estabelecer, em regime de colaboração com a Secretaria de Saúde do Município e outras Instituições da Área de Saúde, ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.13) promover, em regime de colaboração com os entes federados, com especial ênfase em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.14) instituir, em articulação com o Estado e o Município, o programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;

7.15) promover a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

7.16) estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.





## 15. META 8: ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE/DIVERSIDADE

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Indicador 8 A – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.

Meta Brasil: 9,8

Situação do Município: 6,4

Indicador 8 B - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade residente em área rural.

Meta Brasil: 7,8

Situação do Município: 6,3

Indicador 8 C – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade entre os 25% mais pobres.

Meta Brasil: 7,8

Situação do Município: 5,5

Indicador 8D – Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos.

Média do Brasil: 92,2

Situação do Município: 85,7

Estratégias:

8.1) promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, de forma a garantir o acesso e a permanência destes, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

8.2) disponibilizar transporte escolar aos alunos da EJA que estudam no turno da noite e residem em lugares distantes, ermos ou descampados da zona rural e, também, aos estudantes da zona urbana que residem em localidades desprovidas do transporte coletivo e seja área de risco.





8.3) garantir instalações escolares que atendam aos padrões mínimos de qualidade, estabelecidos pelo MEC, com ambientes, tecnologias educacionais e recursos pedagógicos adequados a modalidade da EJA, em especial no campo.

8.4) fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para profissionais de educação, articulada a educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio das entidades públicas e privadas de formação profissional.

8.5) cooperar com os programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, através de estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.6) garantir a segurança no ambiente escolar a estudantes e profissionais da EJA durante o turno e no entorno da escola, através de parcerias com a segurança pública.

8.7) promover a educação inclusiva nas salas da EJA, por meio da articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar, ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola, de outra escola da rede pública ou em instituições conveniadas.





## 16. META 9: ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 85,5% (oitenta cinco e cinco décimos por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Indicador 9 A – Taxa de alfabetização da população de 15 (quinze) anos ou mais de idade.

Meta Brasil: 91,5%

Situação do Município: 65,2

Indicador 9 B – Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 (quinze) anos ou mais de idade.

Meta Brasil: 29,4%

Situação do Município: 48,1

Nota: O objetivo desse indicador é reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria; com abertura de turmas em todos os turnos, com garantia da conclusão das turmas independente do número de estudantes;

9.2) realizar através de ações intersetoriais (educação, saúde e ação social) o diagnóstico dos jovens, adultos e idosos com ensino fundamental e médio incompletos, na cidade e no campo, para identificar a demanda ativa por vagas na modalidade;

9.3) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, para atender as necessidades do campo e da cidade, promovendo busca ativa em regime de colaboração com o estado e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.4) implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social;







9.5) executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com outras secretarias;

9.6) assegurar a oferta de educação de jovens e adultos e idosos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade, na unidade prisional e instituição socioeducativa, assegurando a formação específica dos professores (as) e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

9.7) fomentar e apoiar técnica e financeiramente, através de parcerias, projetos inovadores na educação de jovens e adultos e idosos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes;

9.8) ampliar, produzir e garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes desta modalidade aos diferentes espaços da escola;

9.9) Ofertar uma educação problematizadora que retrate a realidade do estudante, de forma que eleve a sua autoestima;

9.10) estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos e idosos;

9.11) implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta e idosa, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as IES, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

9.12) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.





9.13) oferecer formação continuada, específica para os profissionais da EJA, em parceria com as IES;

9.14) desenvolver métodos de avaliação, adequados à modalidade da EJA que atendam as necessidades dos estudantes, tornando-os sujeitos críticos e agentes e transformação social;

9.15) manter um calendário de formação continuada para gestores, professores, supervisores e coordenadores que atuam na EJA;



## 17. META 10: EJA INTEGRADA

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio.

Indicador- Percentual de matrículas de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.

Meta Brasil: 1,7%

Situação do Município: 0,0

### Estratégias:

10.1) Cooperar com o Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2) expandir as matrículas na educação de jovens, adultos e idosos de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora, através de parcerias e/ou ações intersetoriais;

10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.4) Realizar estudos de viabilização e adotar providências necessária a adesão e participação de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade da educação de jovens, adultos e idosos, na perspectiva da educação inclusiva;

10.5) Realizar estudos de viabilização e adotar providências necessária a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens, adultos e idosos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;







10.7) diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes;

10.8) fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas para avaliação, formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, articuladas com a EJA, permitindo uma linguagem única;

10.9) criar centro de educação para jovens, adultos e idosos com profissionais habilitados para a modalidade de ensino;

10.10) ampliar oferta de cursos profissionalizantes à EJA, com vistas ao empreendedorismo, levando-se em consideração os arranjos produtivos locais, atendendo às especificidades de cada região, envolvendo conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

10.11) fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado, e/ou subsequente e/ou concomitante à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas público-alvo da educação especial;

10.12) fomentar a integração da EJA com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações do campo;

10.13) fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.14) Realizar estudos de viabilização e adotar providências necessárias à adesão ao programa nacional de assistência ao estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens, adultos e idosos articulada à educação profissional;

10.15) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de





liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

10.16) implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.



## 18. META 11: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Estabelecer, em regime de colaboração com a União e o Estado, as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Indicador 11 A- Matrículas em educação profissional técnica em nível médio.

Meta Brasil: 4.808.838

Situação do Município: Não calculado

Indicador 11B – Matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública

Meta Brasil: 2.503.46

Situação do Município: Não calculado

### Estratégias:

11.1) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

11.2) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;







## 19. EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, preceitua ser o Ensino Superior público de competência do poder público federal. No entanto, ao oferecer grande parte da Educação Básica, o Município de Barra de Guabiraba reconhece seu papel e participação na trajetória da escolaridade, da qualificação em níveis maiores de formação e do aperfeiçoamento profissional de seus cidadãos. O poder público do Município de BG ao longo dos anos preocupou-se e vem investindo na formação de seus cidadãos, realizou convênio com instituições de nível superior, a Universidade de Pernambuco – UPE e a Faculdade de Graduação de Professores de Garanhuns para funcionamento do PROGRAPE (Programa de Graduação em Pedagogia), priorizando a habilitação de Professores. Em 2010, concluíram o Curso de Pedagogia 52 Professores da Rede Municipal de Ensino.

É bem ressaltar que a expansão e a descentralização do Ensino Universitário para as regiões interioranas, tais como: Faculdade do PARANAPANEMA, conveniadas a FUNESO e a outras IES ( 68 – sessenta e oito estudantes matriculados em 2014 ), além da formação oferecida pelo MEC através de Cursos Superior, de Especialização e Aperfeiçoamento presenciais, semipresenciais (EAD), fornecem aos municípios de pequeno porte o acesso ao Ensino Superior.

Vale também salientar, que por iniciativa própria, os professores do município tem procurado Cursos Superiores ministrados pelas Faculdades, tais como a FAFICA, FAMASUL, FAINTVISA, ASCES, UVA, FAVIP, que ministram cursos de habilitação por área específica: Letras, História, Geografia, Matemática, Física, Química, Biologia, Pedagogia, Educação Física e Curso de Pós-graduação em Psicopedagogia e em outras áreas específicas, assumindo o ônus para a sua realização pessoal e profissional, visando a melhoria de sua formação, conseqüentemente a qualidade de ensino oferecido aos estudantes, (aproximadamente 90 estudantes matriculados em 2014).

Hoje o município conta com 59,8% dos professores do quadro efetivo com Curso Superior acrescido de Pós-Graduação. Por sua vez, a Secretaria Municipal de Educação oferece uma ajuda no apoio aos professores municipais para a realização desses cursos. No ano de 2013 e 2014 foram inscritos 08(oito) Profissionais do



desistência e destes apenas uma profissional chegou a conduzir o Curso de Especialização em Gestão Escolar, Curso ministrado pela UFPE, com apoio da UNDIME em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, ministrada nos moldes de EAD.

Dessa forma o Município vem avançando no cumprimento de objetivos estabelecidos no Plano Municipal referentes a qualificação profissional e a melhoria da qualidade de ensino, além de permitir o acesso ao ensino superior às pessoas da comunidade, evitando o deslocamento para cidades vizinhas.



## 19.1. META 12: EDUCAÇÃO SUPERIOR

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Indicador 12 A- Taxa de escolarização bruta na educação superior da população de 18 a 24 anos.

Meta Brasil: 50%

Situação do Município: Não calculado

Indicador 12B – Taxa de escolarização líquida ajustada na educação superior da população de 18 a 24 anos.

Meta Brasil: 33%

Situação do Município: Não calculado

Estratégias

12.1) Disponibilizar espaços adequados para o funcionamento de turmas de Educação Superior, Graduação, expandidas para os municípios para atender a demanda que não tem condições de deslocar-se para os Municípios que oferecem esta Modalidade de Ensino.

12.2) Fomentar a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional;

12.3) fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

12.4) fomentar a ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de







Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.5) fomentar a expansão do financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador;

12.6) fomentar a ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

12.7) fomentar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;

12.11) fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País;

12.12) fomentar a expansão do atendimento específico a populações do campo, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações;

12.13) fomentar a institucionalização do programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

12.14) fomentar a consolidação de processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados;

12.15) fomentar o estímulo de mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública;

12.16) fomentar o estímulo da expansão e reestruturação das instituições de educação superior estaduais e municipais cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos



sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da educação básica;

12.17) fomentar a ampliação, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e do Programa Universidade para Todos - PROUNI, de que trata a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou a distância, com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação;



## 20. META 13: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

**Elevar** a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Indicador 13 A- Percentual de funções docentes na educação superior com mestrado e doutorado.

Meta Brasil: 75%

Situação do Município: Não calculado

Indicador 13 B – Percentual de funções docentes na educação superior em doutorado.

Meta Brasil: 35%

Situação do Município: Não calculado

Estratégias:

13.1) fomentar o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;

13.2) fomentar a promoção da melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

13.3) fomentar a substituição do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE aplicado ao final do primeiro ano do curso de graduação pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a fim de apurar o valor agregado dos cursos de graduação;

13.4) fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.







13.5) fomentar a promoção da formação inicial e continuada dos (as) profissionais técnico-administrativos da educação superior, em regime de colaboração com IES.



## 21. META 14: PÓS-GRADUAÇÃO

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Indicador 14 A – Número de títulos de mestrado concedidos por ano.

Meta Brasil: 60.000

Situação do Município: Não calculado

Indicador 14 B - Número de títulos de doutorado concedidos por ano.

Meta Brasil: 25.000

Situação do Município: Não calculado

Estratégias:

14.1) fomentar a expansão do financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento;

14.2) fomentar a expansão do financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu;

14.4) fomentar a expansão da oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;

14.5) fomentar a ampliação da oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas;

14.6) fomentar a ampliação do investimento na formação de doutores de modo a atingir a proporção de 4 (quatro) doutores por 1.000 (mil) habitantes;





## 22. META 15: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

### Estratégias:

15.1) fomentar a consolidação do financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica;

15.2) fomentar a ampliação do programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

15.3) fomentar a consolidação e ampliação da plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

15.4) fomentar a implementação de cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício;

15.5) fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

15.6) fomentar a instituição de programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas da Rede Pública de Ensino Municipal realizem







estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem;





## 23. META 16: FORMAÇÃO DOS DOCENTES

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Indicador 16 – Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.

Meta Brasil: 30,2%

Situação do Município: 33,2%

### Estratégias:

16.1) realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

16.2) fomentar a consolidação de política nacional de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

16.3) fomentar a expansão de programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

16.4) fomentar a ampliação e consolidação do portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;





16.5) fomentar a ampliação da oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica;

16.6) fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.





## 24. VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

A valorização da carreira dos professores brasileiros passa pela elevação do nível salarial, mas também por um conjunto de instrumentos que aperfeiçoem as condições de exercício profissional.

No entanto, em 2008, foi sancionada a lei 11.738, conhecida como Lei do Piso, que institui o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica.

Atualmente, o professor do município de Barra de Guabiraba tem um salário de R\$1.438,33, referente a uma carga horária de 150 horas aulas mensais.

Há por parte da Gestão Municipal um respeito efetivo por estes profissionais, que tem um papel decisivo no progresso do município, que tem honrado os seus compromissos com os mesmos, no que diz respeito a salários pagos em dia, apoio aos investimentos em Formação Continuada em Serviço, melhoria da rede física das escolas, com pintura, retelhamento, pequenos reparos, garantia de pontualidade da merenda escolar de qualidade e variedade, colocação de parques de diversão na Creche Tia Waldja e nas Escolas Manoel Damásio, Davi Gonçalves e Marcos Freire, entre outras ações de valorização destes profissionais.

Os Conselhos Escolares, Municipal de Educação, do FUNDEB, de Alimentação Escolar, e o sindicato que representam os trabalhadores da educação tem uma atuação ativa, tem voz e vez para participar de momentos decisivos em nosso município de forma efetiva, como exemplo a participação de representantes dos vários segmentos nos Fóruns, Audiências Públicas, Conferências de Educação que permearam as discussões na elaboração deste PME.





## 24.1. META 17: VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME, apoiado no regime de colaboração entre os entes federados.

Indicador 17 - Razão entre salários dos professores da educação básica, na rede pública (não federal), e dos demais profissionais, com escolaridade equivalente.

Meta Brasil: 100%

Situação do Município: Não calculado

### Estratégias:

17.1) Constituir fórum permanente com representação do Legislativo e executivo do Município e dos trabalhadores em educação para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

17.2) Acompanhar a evolução salarial dos profissionais do magistério por meio dos indicadores obtidos a partir da pesquisa nacional por amostragem de domicílios periodicamente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE;

17.3) Implementar no Município, Plano de Remuneração Cargos e Carreiras para os (as) profissionais do magistério da rede pública municipal da educação básica, observado os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Com implementação gradual do cumprimento da jornada de trabalho, com a garantia das horas aula atividade, em conformidade com a Lei do Piso Nacional do Magistério, até 2016;

17.4) Cumprir o Plano de Remuneração de Cargos e Carreiras do Magistério (PRCCM) e de valorização dos profissionais da Educação Básica do Sistema Municipal de ensino nas formas legais.



17.5) Oferecer cursos de formação continuada em serviço para professores e demais profissionais da educação, de forma a atingir um modelo eficiente de ensino, visando o sucesso do aluno;

17.6) Prever, no PRCCM (Plano de Remuneração, Cargos e Carreira do Magistério) critérios e percentuais para liberação de licenças para qualificação profissional em nível de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado, Doutorado e Pós Doutorado, seguindo critérios definidos no PRCCM, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

17.7) Incentivar a Constituição de Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento deste PME (Plano Municipal de Educação) e dos seus planos de educação.

17.8) Assegurar aos Profissionais de Educação Gestor(a), Adjunto(a), Supervisor(a), Coordenador(a) que ocuparam ou ocupam cargo comissionado no período de 5 (cinco) anos corridos e 7(sete) anos intercalados, a garantia do direito das 200h/a (duzentas horas aulas), até 2016.





## 25. META 18: PLANOS DE CARREIRA

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

### Estratégias:

18.1) Estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docente sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

18.2) Implantar, nas redes públicas de Educação Básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

18.3) Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, em todas as instâncias do Município, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação do PRCCM (Plano de Remuneração, Cargos e Carreira do Magistério).

18.4) prever, no PRCCM (Plano de Remuneração, Cargos e Carreira do Magistério), licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu, mestrado, doutorado e pós-doutorado, respeitados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.



18.5) realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério.



## 26. FINANCIAMENTO E GESTÃO

A efetiva consolidação da educação requer especial atenção à gestão de recursos, que deve ser eficaz, eficiente, relevante e pertinente, a fim de atender aos números desafios inerentes ao processo de desenvolvimento sustentável do Município.

A fixação de um plano de metas para educação exige definição de custos e identificação dos recursos atualmente disponíveis, e das estratégias para sua ampliação, seja por meio de criação de novas fontes, por uma racionalização ou pela constatação da necessidade de maior investimento. Os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem se constituir referência e ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais.

A reforma tributária embutida na Constituição de 1988 reforçou a arrecadação de impostos em geral, mas também sua destinação ou disponibilização para os Estados e Municípios. Uma primeira medida fundamental foi a vinculação de recursos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. O artigo 212, *caput*, da Carta Magna, dispõe que a **União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendendo a proveniente das transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.**

No entanto, para que se alcance este patamar de qualidade, é preciso assegurar a gestão democrática nos sistemas de ensino e unidades escolares. Em nível de gestão de sistema, na forma de Conselhos de Educação que reúnam competência técnica e representatividade dos diversos setores educacionais; em nível das unidades escolares, por meio da formação de conselhos escolares de que participe a comunidade educacional e formas de escolha da direção escolar, que associem a garantia da competência ao compromisso com a proposta pedagógica emanada dos conselhos escolares e a representatividade e liderança dos gestores escolares. Para tanto, é imprescindível a profissionalização da gestão em todos os níveis, com vistas à racionalidade e produtividade. É necessária a desburocratização e a descentralização da gestão nas dimensões pedagógica, administrativa e de gestão financeira.







Da mesma forma, deve estar assegurada transparência na gestão dos recursos financeiros, com acompanhamento, controle, avaliação e fortalecimento das instâncias de controle interno e externo, órgãos de gestão do sistema de ensino, como os Conselhos deliberativos, dentre eles: Conselho do FUNDEB, Conselho da Alimentação Escolar, cuja competência deve ser ampliada, de forma a alcançar todos os recursos destinados à Educação.

Como se pode facilmente verificar, financiamento e gestão estão indissoluvelmente ligados.

A transparência da gestão financeira e o exercício do controle social permitirão garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação e a equalização de oportunidades educacionais, que assegura ao estudante a real possibilidade de acesso e permanência na escola.

Para que a gestão seja eficiente há que se promover o autêntico federalismo em matéria educacional, a partir da divisão de responsabilidades como prevê a Carta Magna.

A educação é um todo integrado, de sorte que, o que ocorre num determinado nível repercute nos demais, tanto no que se refere aos aspectos quantitativos quanto aos qualitativos.

O fortalecimento da educação, como um dos alicerces da rede de proteção social, depende do aprimoramento contínuo do regime de colaboração entre União, Estado, Município e entes da mesma esfera federativa, o que se torna possível através de ações, fóruns e planejamentos estratégicos.



## 26.1. META 19: GESTÃO DEMOCRÁTICA

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de méritos prevendo recursos apoio técnico do Estado para tanto.

### Estratégias:

19.1) ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.2) incentivar o Município a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME e dos seus planos de educação;

19.3) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.4) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.5) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.6) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;





## 27. META 20: FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Ampliar progressivamente o investimento público em educação pública, de forma a ultrapassar o mínimo legal de 25%, definindo o percentual a ser alcançado, até o 4º ano de vigência desse plano, a partir da transferência pela União, dos recursos advindos por meio da parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração do petróleo e de gás natural.

### Estratégias:

20.1) Aplicar os recursos legalmente vinculados à Educação, de competência do poder público municipal, e buscar fontes complementares de financiamentos;

20.2) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação;

20.3) Divulgar regularmente os indicadores de investimentos e tipo de despesa per capita por aluno nas etapas da educação de responsabilidade do município;

20.4) Implementar política de financiamento, em regime de colaboração com a União e o Estado, para ações voltadas à solução de problemas de transporte escolar enfrentados pelo município, na zona urbana e rural, em relação ao gerenciamento e pagamento de despesas;

20.5) Aplicar os recursos financeiros permanentes à educação infantil, ensino fundamental e modalidades da educação, observando-se as políticas de colaboração entre o Estado e o Município, em especial as decorrentes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (art. 60 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias) e o artigo 75 § 1º da LDB (Lei nº 9.394, de 1996), que trata da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, para atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional

Obs. Nos anexos se encontra um balancete anual de toda movimentação dos Recursos Financeiros da Educação referente ao ano de 2014.







## 28. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O documento final do Plano Municipal de Educação de Barra de Guabiraba, mantendo o princípio da participação democrática, constituiu-se em uma aula de democracia, um momento ímpar, no qual segmentos das esferas pública e privada, bem como a comunidade civil e organizada, definiram os caminhos da educação do município para os próximos dez anos, após sua aprovação.

Uma ação, cujo processo percorreu os seguintes passos: levantamento diagnóstico da situação educacional do município, análise dessa realidade e definição de metas e estratégias do PME com a sociedade, consolidação do texto base sobre as políticas educacionais para o município, culminando com a realização da II Conferência Municipal de Educação.

De forma articulada com o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual de Educação (PEE) e em consonância com a Constituição Federal de 1988, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o PME responde as expectativas e especificidades da educação para atender aos anseios da comunidade barra guabirabense.

Uma realidade que, tendo em vista a adequação às constantes mudanças sofridas pela sociedade, precisa ser constantemente considerada. Nesse contexto, faz-se necessário criar mecanismos de acompanhamento e avaliação da implementação do mesmo, assegurando que prioridades sejam respeitadas, atingindo objetivos e metas estabelecidos através da análise de resultados e redirecionamento de estratégias e execução.

De acordo com determinação prevista em legislação afim, o Fórum Municipal de Educação, por meio de seus membros e comissões instituídas, acompanhará e avaliará o PME após sua aprovação. É importante ressaltar que o respectivo órgão contará com o apoio e assessoramento técnico e financeiro da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

A Comissão trabalhará na implantação do PME, registrando, sistematizando e analisando, constantemente, o desenvolvimento das ações, operacionalizando as metas estabelecidas e realizando avaliações com levantamentos periódicos dos resultados alcançados e replanejamento de novas ações.





Para que a sociedade civil possa acompanhar a execução e a avaliação do PME, serão realizadas, de dois em dois anos, encontros com o objetivo de promover balanços dos resultados alcançados, garantindo o princípio da participação e o exercício da democracia.

Extraordinariamente, a primeira revisão deverá ser realizada um ano após a aprovação do Plano Municipal de Educação, tendo em vista a sua melhor atualização e articulação com o mesmo, bem como a participação da sociedade civil e organizada.





## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Barra de Guabiraba- PE Dados Popacionais e Aspectos Socioeconômicos**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em abril e maio de 2015.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. – **Taxa de Analfabetismo e Escolaridade Média**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em abril de 2015.

**Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, MEC. **Ideb**, 2011. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em Abril e maio de 2015.

BRASIL, MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL, MEC. **Plano Decenal de Educação para Todos** – Brasília, MEC, 1993 – versão acrescida.

BRASIL, MEC/INEP - **Censo da Educação Básica INEP/MEC, 2010**.

BRASIL, MEC/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Índices de aprovação, reprovação e abandono no Município de Barra de Guabiraba- PE, 2010**. Disponível em ><http://portal.inep.gov.br/>. Abril e maio de 2015

BRASIL, MEC/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Matrícula inicial por dependência administrativa no Educação Básica no Município de Barra de Guabiraba – PE 2010**. Disponível em ><http://portal.inep.gov.br/>.

BRASIL, MEC. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 7 de abril de 2010**. Disponível em <<portal.mec.gov.br>>. Acesso em abril e maio de 2015.

CRUZ, Priscila & MONTEIRO, Luciano. **Anuário Brasileiro de Educação Básica**. São Paulo, SP: Moderna, 2013.

JOMTIER, Tailândia. **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos – Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem – Conferência Mundial sobre Educação para todos**. 5 a 9 de março de 1990.

**LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Março de 2015.







Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CARLOS BATISTA DOS SANTOS, ANTONIO CARLOS LOPES DA SILVA  
Acesse em: <http://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e942c32-b22a-475b-ac0b-f3c6391f2a47

## ANEXOS





**PREF. MUNIC. DE BARRA DE GUABIRABA**

RLA MIGUEL TEIXEIRA S/N

13120562/0001-33

Exercício 2014

**BALANCETE DA DESPESA DE DEZEMBRO ( 01/01/2014 A 31/12/2014 )**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA**

Pág. 01 de 05

Fl	Fundo	Econ	Especificação	Vínculo	Obrigaç. Anual Empenho Anual	Empenho Mês Liq. Anual	Liq. Mês Pago Mês	Emp. A Pagar Pago Anual
02	PODER EXECUTIVO							
0205	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				8.494.700,00	7.201.311,30	6.878.821,86	970.934,58
020503	FUNDES				7.201.311,30	6.878.821,86	6.230.106,71	6.230.106,71
12.361.0051.2210.0000			CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS 40%					
246	3.1.91.13.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTARIO	01 - 220.000.00	200.000,00	158.220,97	158.220,97	16.999,50
					158.220,97	158.220,97	140.520,47	140.520,47
12.361.0051.2211.0000			CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS 40%					
247	3.1.92.13.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS	01 - 036.000.00	35.000,00	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00
12.361.0051.2212.0000			CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS 60%					
248	3.1.90.13.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS	01 - 220.000.00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00
12.361.0092.2213.0000			CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS 60%					
249	3.1.91.13.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTARIO	01 - 220.000.00	438.000,00	438.851,24	438.851,24	45.656,27
					438.851,24	438.851,24	392.975,03	392.975,03
12.361.0120.1014.0000			ADQUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA FUNDES 40%					
250	4.4.90.52.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01 - 220.000.00	44.154,87	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00
12.361.0120.1015.0000			CONSTRUÇÃO, REFORMA E OBRAS DE UNIDADES ESCOLARES FUNDES 40%					
251	4.4.90.51.00		OBRAS E INSTALAÇÕES	01 - 220.000.00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00
12.361.0120.1016.0000			ADQUIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTES DE ESTUDANTES FUNDES 40%					
252	4.4.90.52.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01 - 220.000.00	0,00	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00
12.361.0120.1017.0000			ADQUIÇÃO DE MÓVEIS E ITENS LÍQUIDOS DIVERSOS FUNDES 40%					
253	4.4.90.52.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01 - 220.000.00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00
12.361.0120.2045.0000			CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE SERVIDORES DO ENSINO BÁSICO FUNDES 40%					
254	3.3.90.35.00		MATERIAL DE CONSUMO	01 - 220.000.00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00
255	3.3.90.35.00		SERVIÇOS DE CONSULTORIA	01 - 220.000.00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00
256	3.3.90.35.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01 - 220.000.00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00
257	3.3.90.35.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01 - 220.000.00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00
12.361.0120.2046.0000			DISTR. DE MATERIAL PARA PROF. E ALUNOS DO ENSINO BÁSICO FUNDES 40%					
258	3.3.90.32.00		Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	01 - 220.000.00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00
12.361.0120.2047.0000			MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDES 40%					
259	3.3.90.33.00		MATERIAL DE CONSUMO	01 - 220.000.00	200.000,00	200.031,51	200.031,51	0,00
					200.031,51	200.031,51	200.031,51	200.031,51
260	3.3.90.33.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01 - 220.000.00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00
261	3.3.90.35.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01 - 220.000.00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00

**PREF. MUNIC. DE BARRA DE GUABIRABA**

RUA MIGUEL TEIXEIRA, S/N

10120952/2001-38

Exercício: 2014

**BALANCETE DA DESPESA DE DEZEMBRO ( 01/01/2014 A 31/12/2014 )**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA

Pag 02 de 05

Fl	Func	Elem	Especificação	Vinculo	Dotação Anual Empenho Anual	Emp.no Mes Liq. Anual	Liq.no Mes Pago Mes	Finco A Pagat Pagto. Anual
<b>JURIDICA</b>								
<b>12.351.0120.2048.0350 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ORÇÃO 60%</b>								
252	31.90.04.00		CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	01 - 220.000 FM	310.000,00 295.265,28	295.265,28	289.971,26	34.262,54 295.262,54
253	31.90.05.00		Outras Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar	01 - 220.000 FM	10.000,00 2,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
254	31.90.11.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01 - 220.000 FM	3.505.000,00 3.505.292,09	3.505.292,08	3.505.292,06	293.522,74 3.211.509,34
255	31.90.12.00		DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	01 - 220.000 FM	81.189,33 81.189,33	81.189,33	81.189,33	81.189,33 0,00
<b>12.361.0120.2156.0000 PROGRAMA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO 40%</b>								
266	31.90.36.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01 - 220.000 FO	60.000,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
<b>12.361.0120.2201.0000 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ORÇÃO 40%</b>								
267	31.90.04.00		CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	01 - 220.000 FO	350.000,00 334.770,84	334.770,84	293.707,90	71.678,68 293.091,99
268	31.90.05.00		Outras Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar	01 - 220.000 FO	22.000,00 21.178,86	21.178,86	21.178,86	0,00 21.178,86
269	31.90.11.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01 - 220.000 FO	1.571.000,00 1.569.867,12	1.569.867,12	1.569.867,12	146.626,71 1.423.260,41
270	31.90.14.00		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	01 - 220.000 FO	18.000,00 11.448,00	11.448,00	11.448,00	126,00 11.313,00
271	31.90.30.00		MATERIAL DE CONSUMO	01 - 220.000 FO	627.000,00 447.943,27	447.943,27	172.210,59	276.722,64 172.210,59
272	31.90.36.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	01 - 220.000 FO	6,00 6,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
273	31.90.38.00		SERVIÇOS DE CONSULTORIA	01 - 220.000 FO	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
274	31.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01 - 220.000 FO	65.000,00 62.871,00	62.871,00	62.871,00	3.200,00 64.771,00
275	31.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01 - 220.000 FO	65.000,00 62.130,80	62.130,80	62.028,80	100,00 62.028,80
276	31.90.42.00		DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	01 - 220.000 FO	10.000,00 4.852,00	4.852,00	4.852,00	0,00 4.852,00
<b>12.361.0250.1010.0000 DESAPROPRIAÇÃO DE BENS FUNDEI 40%</b>								
277	44.908.1.00		AQUISIÇÃO DE IMÓVELS	01 - 220.000 FO	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
<b>12.365.0120.2119.0000 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ENSINO IB - ANTI 60%</b>								
278	31.90.04.00		CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	01 - 210.000 FO	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
279	31.90.05.00		Outras Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar	01 - 210.000 FO	5.000,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00







# PREF. MUNIC. DE BARRA DE GUABIRABA

RUA V. GUIL TEIXEIRA, S/A

1012062/20061 38

Exercício 2014

## BALANCETE DA DESPESA DE DEZEMBRO ( 01/01/2014 A 31/12/2014 )

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA

Pag.03 de 05

Fl.	Fund.	Cont.	Especificação	Valor	Despesa Atual	Empenho Atual	Empenho Atual	Liq no Mês	Emp A Pagar
Tipo					Empenho Atual	Liq Atual	Pago Mês	Pago Mês	Pago Atual
280	3.1.90.11.00	VENO MENÇON E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01 - 210.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
281	3.1.90.14.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	01 - 210.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
282	3.1.90.36.00	MATERIAL DE CONSUMO	01 - 210.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
283	3.1.90.39.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	01 - 210.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
284	3.1.90.38.00	SERVÇOS DE CONSULTORIA	01 - 210.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
285	3.1.90.30.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	01 - 210.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
286	3.1.90.33.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01 - 210.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
287	3.1.90.32.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	01 - 210.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
12.203.0.20.2.120.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA ENSINO INFANTIL 80%								
288	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	01 - 210.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
289	3.1.90.06.00	Outros benefícios Previdenciários do servidor ou do militar	01 - 210.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
290	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01 - 210.000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

TOTAL DO PODER	8.454.790,00	7.201.011,30	8.978.521,85	970.504,55
PODER EXECUTIVO	7.201.011,30	8.978.521,85	8.230.106,71	6.230.106,71
TOTAL ORÇAMENTÁRIO	8.454.790,00	7.201.011,30	8.978.521,85	970.504,55
	7.201.011,30	8.978.521,85	8.230.106,71	6.230.106,71

### SALDO PARA O MÊS SEQUINTE

Recurso	Valor	Conto	Valor	
PREF. MUNICIPAL	500	17.8	001 - 001	2.128,00
PREF. BARRA	300	18.4	001 - 001	111.101,21
PREFEI. BARRA	300	19.2	001 - 001	200,00
CALCAMENTO	100	24.8	001 - 001	6.500,00
RSPO DO COSPE	000	22.0	001 - 001	56.000,00
PREFEITURA DE BARRA	100	0005551.6	001 - 001	2.001.000,00
TESOURARIA	001	0001-0	110 - 000	11,64
PRATE	000	0003-1	000 - 000 CM	20.200,42

*(Assinatura)*



**PREF. MUNIC. DE BARRA DE GUABIRABA**

RUA MIGUEL TEIXEIRA, S/N

10120852/0001-38

Exercício 2014

**BALANCETE DA DESPESA DE DEZEMBRO ( 01/01/2014 A 31/12/2014 )**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA

Pag: 04 de 05

P	Func	Exer	Especificação	Vínculo	Orcação Atual	Empre Mês	Lido Mês	Emp A Fazer
Tipo					Empenho Atual	Lido Atual	Pago Mês	Pago Atual
			MOVIMENTO	001	11155-4			438,26
			PROD. NAO APDI	001	14442-8	200 - 000 CM		27,12
			COMP. FINANC. E	001	10552-6	110 - 000 CM		8,98
			PROD. NAO APDI	001	14135-8	200 - 000 CM		6.995,40
			PROF. JA	001	16158-4	200 - 000 CM		172,88
			DEPT. NAO. MINE	001	14842-0	110 - 000 CM		5,04
			F.N.S	001	15552-7	110 - 000 CM		17,92
			F. N. A. S. J	001	15737-3	110 - 000 CM		2.356,86
			PMS. FUNASA	001	15738-2	110 - 000 CM		320,65
			F. N. A. S. A	001	16730-6	110 - 000 CM		0,62
			UNIDADES DE SAU	001	15680-1	110 - 000 CM		5.372,94
			FUNDES - 10058-0	001	15680-0	260 - 000 FU		182.001,19
			REANIM. ES. NAO	001	17685-7	110 - 000 CM		599,05
			MEL. DOMICILIARI	001	17575-1	110 - 000 CM		13.183,16
			PMDE - ESGOTAM	001	18637-8	110 - 000 CM		630,71
			VELHORIAS DOM	001	16.201-5	110 - 000 CM		3.706,25
			EMERGEN. FORIA	001	15155-0	110 - 000 CM		4.948,11
			MANUTEN. ESCOL	001	20167-7	200 - 000 CM		77.657,47
			PVB - PTA	001	21.821-3	110 - 000 CM		53,74
			LSGOCAMENTO S	001	21.827-4	110 - 000 CM		59,02
			FPM	001	2132-6	110 - 000 CM		129.055,08
			ESG. SANITARIO	001	21578-2	301 - 001 CM		175,92
			GUARDA FORTES	001	23.832-2	110 - 000 CM		793,49
			PAY - PLANO DE	001	24458-8	301 - 001		53.897,77
			EQUIP. ESCOLAR	001	25232-6	301 - 001		130.095,74
			APDO AS CRECH	001	25366-4	301 - 001 CM		3.042,32
			BRASIL CAR NHG	001	27301-0	301 - 001		4,20
			ICMS EXPORT	001	303141-4	110 - 000 CM		266,36
			ITR	001	3085-4	110 - 000 CM		144,02
			FECH. LU	001	7460-8	110 - 000 CM		0,14
			13.001344-4	001	13.001344-4	001 - 001		212,93
			PVA	104	900024-2	110 - 000 CM		315,61
			EXPLOS	04	9000141-4	110 - 000 CM		59,48
			ICMS CAIXA	104	9000307-5	110 - 000 CM		72,52
			AMP. ESC.	300	13000134-0	110 - 000 CM		174,21
			FUNDO DES. SOC	300	15000152-7	110 - 000 CM		411,99
			INFRA. ESTRUTUR	300	15000187-4	110 - 000 CM		434,39
			PRACA. OTICOT	300	15000143-6	110 - 000 CM		631,98
			IPVA	300	15000152-2	110 - 000 CM		2.088,46
			ACAO. DAS CIDADE	300	3523339	110 - 000 CM		3.788,81
TOTAL DO SALDO								2.828.272,26

TOTAL GERAL

9.058.378,97

BARRA DE GUABIRABA, 31 de dezembro de 2014



Exercício: 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUASIRABA

Page 25 of 26

P. Tipo	Assp.	Econ.	Especificação	Valor	Datação: Anos Emissão: Anos	Entrada Mês De: Mês	Liquidação Mês	Emp. At Page Pagos: Atos
			PREFEITO MUNICIPAL		CONTADOR		TESOUREIRO	

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CARLOS BATISTA DOS SANTOS, ANTONIO CARLOS LOPES DA SILVA  
Acesse em: <http://eic.ice.gov.br/epp/validadoc.seam> Código do documento: 0e942c32-b22a-475b-ae0b-f3c6391f2a47





**PREF. MUNIC. DE BARRA DE GUABIRABA**

RUA MIGUEL TEIXEIRA, S/N

16120982/2001-38

Exercício: 2014

**BALANCETE DA RECEITA DE DEZEMBRO ( 01/01/2014 A 31/12/2014 )****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA**

Pag 21 de 63

Código	Ficha	Especificação	Vinculo	Origem	Ancoramento	Anexo Percepção	Anexo Total	Diferença
1000.00.00.00		RECEITAS CORRENTES:		26.871.000,00	0,00	25.564.293,32	25.564.293,32	-1.306.706,68
1100.00.00.00		RECEITA TRIBUTÁRIA		1.525.000,00	0,00	1.576.920,25	1.576.920,25	+46.920,25
1110.00.00.00		IMPOSTOS		1.150.000,00	0,00	1.096.470,59	1.096.470,59	-53.529,41
1112.00.00.00		IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA		800.000,00	0,00	477.646,01	477.646,01	-322.353,99
1112.02.00.00		IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE FUNDIAL E TERRENTIAL URBANA		100.000,00	0,00	0,00	0,00	-100.000,00
1112.02.01.00	091	Imposto Predial	01-001001ED	50.000,00	0,00	0,00	0,00	-50.000,00
1112.02.02.00	092	Imposto Territorial Urbano	01-001001ED	50.000,00	0,00	0,00	0,00	-50.000,00
1112.04.00.00		IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		750.000,00	0,00	405.246,61	405.246,61	-344.753,39
1112.04.01.00	093	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO	01-001001ED	600.000,00	0,00	405.246,61	405.246,61	-194.753,39
1112.04.01.00	094	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	01-001001ED	100.000,00	0,00	0,00	0,00	-100.000,00
1112.06.00.00		IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS MÓVEIS E DE D		100.000,00	0,00	22.250,00	22.250,00	-77.750,00
1112.06.01.00	095	ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens	01-001001ED	100.000,00	0,00	22.250,00	22.250,00	-77.750,00
1113.00.00.00		IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO		250.000,00	0,00	571.974,58	571.974,58	+321.974,58
1113.02.00.00		IMPOSTO SOBRE OS SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA		250.000,00	0,00	571.974,58	571.974,58	+321.974,58
1113.02.01.00	096	S.S.O.N. - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	01-001001ED	250.000,00	0,00	571.974,58	571.974,58	+321.974,58
1113.02.01.02	097	Super Simples	01-001001ED	15.000,00	0,00	0,00	0,00	-15.000,00
1120.00.00.00		TAXAS		375.000,00	0,00	279.540,28	279.540,28	-95.459,72
1121.00.00.00		TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		195.000,00	0,00	21.897,62	21.897,62	-173.102,38
1121.17.00.00	098	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	01-001001NV	25.000,00	0,00	0,00	0,00	-25.000,00
1121.25.00.00	099	TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	01-001001NV	15.000,00	0,00	9.131,42	9.131,42	-5.868,58
1121.25.00.00	010	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	01-001001NV	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1121.27.00.00	011	TAXA DE APREENSÃO E DEPÓSITO	01-001001NV	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1121.29.00.00	012	TAXA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM FORTIFICAÇÃO	01-001001NV	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1121.29.00.00	013	TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	01-001001NV	5.000,00	0,00	2.544,00	2.544,00	-2.456,00
1121.30.00.00	014	TAXA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE TRANSPORTE	01-001001NV	5.000,00	0,00	217,74	217,74	-4.782,26
1121.31.00.00	015	TAXA DE LICENCIAMENTO DE ÁREA DE COMÉRCIO PÚBLICO	01-001001NV	10.000,00	0,00	8.983,80	8.983,80	-1.016,20
1121.32.00.00	016	TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	01-001001NV	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1121.33.00.00	017	TAXA DE REGULAÇÃO DE APARELHOS DE TRANSPORTE	01-001001NV	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1121.34.00.00	018	TAXA DE ALINHAMENTO E ENVELAMENTO	01-001001NV	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1121.36.00.00	019	TAXA DE APREENSÃO DE DEPÓSITO OU LIBERAÇÃO DE ANIMAIS	01-001001NV	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1121.39.00.00	020	OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	01-001001NV	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1122.00.00.00		TAXAS PELO PRESTADOR DE SERVIÇOS		275.000,00	0,00	255.281,84	255.281,84	-19.718,16
1122.21.00.00	021	TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	01-001001NV	5.000,00	0,00	1.022,71	1.022,71	-3.977,29
1122.25.00.00	022	TAXA DE SERVIÇOS		5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00

**PREF. MUNIC. DE BARRA DE GUABIRABA**

RUA MIGUEL TEIXEIRA, S/N

15.230620001-35

Exercício: 2014

**BALANCETE DA RECEITA DE DEZEMBRO ( 01/01/2014 A 31/12/2014 )**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA

Pag 02 de 06

Código	Ficha	Especificação	Vinício	Origem	Área Anterior	Área Período	Área Total	Diferença
1122.15.00.00	003	TAXA DE LIMPEZA PÁVILLOA	01-001.001 NV	10.000,00	0,00	897,73	897,73	-9.102,27
1122.15.00.00	024	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	01-001.001 NV	210.000,00	0,00	283.897,23	283.897,23	78.897,23
1300.00.00.00		RECEITA PATRIMONIAL		368.000,00	0,00	31.500,71	31.500,71	-336.499,29
1310.00.00.00		RECEITAS IMOBILIARIAS		36.000,00	0,00	0,00	0,00	-36.000,00
1311.00.00.00		ALUGUEIS		16.000,00	0,00	0,00	0,00	-16.000,00
1311.11.00.00	051	Aluguel de Imóveis Urbanos	01-001.001 NV	6.000,00	0,00	0,00	0,00	-6.000,00
1311.12.00.00	052	Aluguel de Imóveis Rurais	01-001.001 NV	10.000,00	0,00	0,00	0,00	-10.000,00
1312.00.00.00	053	ARRENDAMENTOS	01-000.000	10.000,00	0,00	0,00	0,00	-10.000,00
1312.01.00.00	054	Arrendamento de Imóveis	01-001.001	10.000,00	0,00	0,00	0,00	-10.000,00
1320.00.00.00		RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		315.000,00	0,00	31.500,71	31.500,71	-283.499,29
1325.00.00.00		REUNIFICACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS		310.000,00	0,00	31.500,71	31.500,71	-278.499,29
1325.01.00.00		REUNIFICACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS		310.000,00	0,00	31.500,71	31.500,71	-278.499,29
1325.01.02.00	006	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS V	01-280.000 FU	50.000,00	0,00	5.934,54	5.934,54	-44.065,46
1325.01.03.00	007	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS V	01-001.000 ED	50.000,00	0,00	23.782,32	23.782,32	-26.217,68
1325.01.04.00	008	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS V	01-001.000 NV	5.000,00	0,00	1.753,65	1.753,65	-3.246,35
1325.01.05.00	009	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS V	01-001.000 NV	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1325.01.06.00	041	RECEITA DE REMUNERACAO DE OUTROS DEPOSITOS BANCARIOS DE RECL	01-001.000 ED	200.000,00	0,00	0,00	0,00	-200.000,00
1329.00.00.00		OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		6.000,00	0,00	0,00	0,00	-6.000,00
1329.05.00.00	045	Outras Receitas de Valores Mobiliarios	01-001.001	6.000,00	0,00	0,00	0,00	-6.000,00
1330.00.00.00		RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES		15.000,00	0,00	0,00	0,00	-15.000,00
1331.00.00.00		RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS		5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1331.05.00.00		RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS DE TRANSPORTE		5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1331.01.00.00	046	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS DE TRA	01-001.001 NV	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1332.00.00.00		OUTRAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES		10.000,00	0,00	0,00	0,00	-10.000,00
1332.02.00.00	047	Res. Carga Serv. Trans. Colec.	01-001.001 NV	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1332.03.00.00	048	Outras Receitas Concessões e Permissões	01-001.001 NV	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1600.00.00.00		RECEITA DE SERVIÇOS		30.000,00	0,00	0,00	0,00	-30.000,00
1600.10.00.00		SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		30.000,00	0,00	0,00	0,00	-30.000,00
1600.10.00.00	053	SERVIÇOS DE VENDA DE LUTAS	01-001.001 NV	20.000,00	0,00	0,00	0,00	-20.000,00
1600.10.00.00	054	OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	01-001.001 NV	10.000,00	0,00	0,00	0,00	-10.000,00
1700.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		24.222.882,47	0,00	19.722.882,47	19.722.882,47	-4.500.000,00
1700.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		23.590.000,00	0,00	19.722.882,47	19.722.882,47	-4.867.117,53
1721.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DA UN. 80		11.905.000,00	0,00	10.625.087,74	10.625.087,74	-1.279.912,26
1721.01.00.00		PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNAO		10.280.000,00	0,00	9.544.333,89	9.544.333,89	-735.666,11
1721.01.02.00	165	COTA-PARTE DE FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	01-001.001 ED	10.000.000,00	0,00	9.537.153,85	9.537.153,85	-462.846,15
1721.01.03.00	166	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	01-001.001 ED	50.000,00	0,00	7.170,52	7.170,52	-42.829,48
1721.22.00.00		TRANSFERENCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE R		200.000,00	0,00	149.283,32	149.283,32	-50.716,68



**PREF. MUNIC. DE BARRA DE GUABIRABA**

RUA MIGUEL TEIXEIRA, S/N

10120982/200138

Exercício: 2014

**BALANCETE DA RECEITA DE DEZEMBRO ( 01/01/2014 A 31/12/2014 )****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA**

Pag 03 de 36

Código	Ficha	Especificação	Vínculo	Cidade	Áncor Anterior	Áncor Período	Áncor Total	Diferença
1721.22.70.00	057	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO - FEP	01-031.001 ED	236.000.00	0,00	144.233,33	144.233,33	-91.766,67
1721.35.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO		1.390.000.00	0,00	514.282,65	514.282,65	-795.717,35
1721.35.01.00	111	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	01-230.001 DE	400.000.00	0,00	315.087,30	315.087,30	-84.912,70
1721.35.02.00	112	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA O NHF	01-230.001 ED	20.000.00	0,00	0,00	0,00	-20.000,00
1721.35.03.00		TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL		896.000.00	0,00	101.349,00	111.043,00	-175.000,00
1721.35.03.01	113	FNAC Merenda - Pré-Escola	01-230.001 ED	150.000.00	0,00	22.329,00	22.329,00	-127.671,00
1721.35.03.02	114	FNAC Merenda - Creche	01-230.001 ED	5.000.00	0,00	3.389,00	3.389,00	-1.611,00
1721.35.03.03	115	FNAC Merenda - EJA	01-230.001 ED	5.000.00	0,00	1.444,00	1.444,00	-3.556,00
1721.35.03.04	116	FNAC Merenda - Fundamental	01-230.001 ED	200.000.00	0,00	182.285,00	182.091,00	-17.904,00
1721.35.03.05	117	FNAC Merenda - ALC	01-230.001 ED	5.000.00	0,00	1.128,00	1.021,00	-1.089,00
1721.35.04.00		TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL		70.000.00	0,00	28.125,27	28.125,27	-41.874,73
1721.35.04.01	118	FNAC - Funcionário	01-230.001 ED	50.000.00	0,00	28.125,27	28.125,27	-21.874,73
1721.35.04.02	119	FNAC - Desempenho	01-230.001 ED	19.000.00	0,00	0,00	0,00	-19.000,00
1721.35.04.03	120	FNAC - Ensino Médio	01-230.001 ED	10.000.00	0,00	0,00	0,00	-10.000,00
1721.35.09.00	121	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO	01-001.001	540.000.00	0,00	77.140,00	77.007,00	-62.853,00
1721.36.00.00	122	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO CMS DESENVOLVIMENTO NACIONAL	01-230.001 ED	1.000.000.00	0,00	7.341,08	7.341,08	-992.658,92
1721.95.00.00	123	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIAO	01-200.001 ED	240.000.00	0,00	14.806,20	14.806,20	-225.193,80
1722.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS		3.335.000.00	0,00	3.637.001,16	3.637.001,16	-102.001,16
1722.01.00.00		PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS		3.435.000.00	0,00	3.320.815,19	3.320.815,19	-114.184,81
1722.01.01.00	124	COTA-PARTE DO CMS	01-001.001 ED	3.000.000.00	0,00	3.121.134,19	3.121.134,19	-121.164,19
1722.01.02.00	125	COTA-PARTE DO PVA	01-001.001 ED	300.000.00	0,00	142.194,20	142.194,20	-157.805,80
1722.01.03.00	126	COTA-PARTE DO FIDORRE EXPORTAÇÃO	01-001.001 ED	35.000.00	0,00	23.561,69	23.561,69	-11.438,31
1722.01.04.00	127	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	01-001.001 ED	50.000.00	0,00	2.115,07	2.115,07	-47.884,93
1722.01.05.00		OUTRAS PARTICIPAÇÕES NA RECEITA DOS ESTADOS		50.000.00	0,00	31.269,59	31.269,59	-18.730,41
1722.01.05.03	128	Cota-Partida Fica Mineral	01-001.001 ED	50.000.00	0,00	31.269,59	31.269,59	-18.730,41
1722.09.00.00	129	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	01-001.001 ED	1.350.000.00	0,00	218.419,97	218.419,97	-1.131.580,03
1724.20.00.00		TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS		3.450.000.00	0,00	5.489.860,57	5.489.860,57	-2.039.860,57
1724.21.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO		3.850.000.00	0,00	4.005.898,13	4.005.898,13	-1.155.898,13
1724.21.01.00	131	Contribuição do FPE de Formação	01-250.000 FU	1.600.000.00	0,00	1.548.889,76	1.548.889,76	-51.110,24
1724.21.02.00	132	Contribuição do FPE do FUNDEB - Participação no FPM	01-250.000 FU	500.000.00	0,00	313.840,02	313.840,02	-186.160,00
1724.21.03.00	133	Contribuição do FPE de Formação do FUNDEB	01-250.000 FU	1.500.000.00	0,00	4.723,17	4.723,17	-1.495.276,83
1724.21.05.00	134	Contrib. do Estado de Formação do FUNDEB	01-250.000 FU	150.000.00	0,00	0,00	0,00	-150.000,00
1724.21.05.03	135	Contrib. do Estado de Formação do FUNDEB - Parcela do CMS	01-250.000 FU	2.000.000.00	0,00	2.642.160,40	2.642.160,40	-542.160,40
1724.21.05.05	136	Contrib. do Estado de Formação do FUNDEB - Parcela do PVA	01-250.000 FU	250.000.00	0,00	100.020,00	100.020,00	-150.980,00
1724.21.05.06	137	Contribuição do Estado de Formação do FUNDEB - Parcela do ITR	01-250.000 FU	100.000.00	0,00	644,35	644,35	-99.355,65
1724.21.05.07	138	Contribuição do Estado de Formação do FUNDEB - Parcela do IPTU	01-250.000 FU	100.000.00	0,00	17.605,34	17.605,34	-82.394,66
1724.22.00.00	139	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO UNICA AO FLO	01-250.000 FU	1.250.000.00	0,00	774.962,44	774.962,44	-475.037,56





Código	Faixa	Especificação	Vínculo	Orcamento	Anexo Anterior	Anexo Per. 03	Anexo Total	Diferença
1724.00.00.00	140	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS MULTISSECTORIAIS	01-250.000.00	568.000,00	0,00	0,00	0,00	-568.000,00
1750.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO		400.000,00	0,00	0,00	0,00	-400.000,00
1761.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIO DE SUAS ENTIDADES		570.000,00	0,00	0,00	0,00	-570.000,00
1761.02.00.00	142	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIO DESTINADAS A PROGRAMAS	01-230.000.00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	-70.000,00
1761.05.00.00	145	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIO DESTINADAS A PROGRAMAS	01-000.000.00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	-100.000,00
1761.05.00.00	146	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIO	01-000.000.00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	-150.000,00
1762.00.00.00		TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL		80.000,00	0,00	0,00	0,00	-80.000,00
1762.02.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS		80.000,00	0,00	0,00	0,00	-80.000,00
1762.02.00.00	148	A Caridade Escola	01-000.000.00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	-60.000,00
1762.06.00.00	149	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS	01-000.000.00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	-20.000,00
1800.00.00.00		OUTRAS RECEITAS CORRENTES		600.000,00	0,00	4.439.788,89	4.439.788,89	3.779.788,89
1810.00.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA		20.000,00	0,00	0,00	0,00	-20.000,00
1811.00.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS		20.000,00	0,00	0,00	0,00	-20.000,00
1811.08.00.00	150	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREC.	01-200.000.00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	-10.000,00
1811.08.00.00	151	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER.	01-200.000.00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1811.08.00.00	152	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER	01-200.000.00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1811.08.00.00	153	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	01-200.000.00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1811.09.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO DOS TRIBUTOS		15.000,00	0,00	0,00	0,00	-15.000,00
1811.11.00.00	154	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PR.	01-200.000.00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1811.12.00.00	155	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A TR.	01-200.000.00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1811.13.00.00	156	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A SERV.	01-200.000.00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1816.00.00.00		MULTAS DE OUTRAS ORIGENS		10.000,00	0,00	0,00	0,00	-10.000,00
1816.00.00.00	157	OUTRAS MULTAS	01-000.000.00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	-10.000,00
1900.00.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		550.000,00	0,00	4.412.185,56	4.412.185,56	3.862.185,56
1901.00.00.00		INDENIZAÇÕES		50.000,00	0,00	4.154.185,56	4.154.185,56	4.104.185,56
1921.00.00.00		OUTRAS INDENIZAÇÕES		50.000,00	0,00	4.154.185,56	4.154.185,56	4.104.185,56
1921.00.00.00	158	Outras indenizações - Precipua	01-000.000.00	50.000,00	0,00	4.154.185,56	4.154.185,56	4.104.185,56
1922.00.00.00		OUTRAS RESTITUIÇÕES		500.000,00	0,00	217.077,73	217.077,73	-282.922,27
1922.00.00.00		OUTRAS RESTITUIÇÕES		500.000,00	0,00	217.077,73	217.077,73	-282.922,27
1922.00.00.00	162	Juros Recuperação PM	01-000.000.00	500.000,00	0,00	217.077,73	217.077,73	-282.922,27
1930.00.00.00		RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		30.000,00	0,00	0,00	0,00	-30.000,00
1931.00.00.00		RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		30.000,00	0,00	0,00	0,00	-30.000,00
1931.11.00.00	159	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREC.	01-000.000.00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	-15.000,00
1931.12.00.00	160	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER.	01-000.000.00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000

**PREF. MUNIC. DE BARRA DE GUABIRABA**

RUA Y GUEL TEIXEIRA, S/N

10120662-0/2013

Exercício: 2014

**BALANCETE DA RECEITA DE DEZEMBRO ( 01/01/2014 A 31/12/2014 )**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA

Pag: 35 de 35

Código	Funç	Especificação	Vinculo	Orcado	Ancoramento	Anexo-Perodo	Anexo-Totol	Diferença
1001.00.00.00	100	RECEITA DA VENDA DE BENS E OUTROS TRIBUTOS	01-001001ED	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1000.00.00.00		RECEITAS DIVERSAS		20.000,00	0,00	21.822,93	21.822,93	+1.822,93
1000.00.00.00		OUTRAS RECEITAS		20.000,00	0,00	21.822,93	21.822,93	+1.822,93
1000.00.00.00	170	Receita de Mandados	01-001001ED	10.000,00	0,00	0,00	0,00	-10.000,00
1000.00.00.00	171	Receitas de Cartas e Armas	01-001001ED	5.000,00	0,00	0,00	0,00	-5.000,00
1000.00.00.00	172	Receitas de Licenças	01-001001ED	5.000,00	0,00	20.822,93	20.822,93	+15.822,93
2000.00.00.00		RECEITAS DE CAPITAL		0.000.000,00	0,00	150.743,74	150.743,74	-989.256,26
2100.00.00.00		OPERACOES DE CREDITO		0.000,00	0,00	0,00	0,00	-0.000,00
2110.00.00.00		OPERACOES DE CREDITO INTERNAS		0.000,00	0,00	0,00	0,00	-0.000,00
2110.00.00.00	173	OUTRAS OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	01-001001ED	0.000,00	0,00	0,00	0,00	-0.000,00
2200.00.00.00		ALUGUELO DE BENS		0.000,00	0,00	0,00	0,00	-0.000,00
2210.00.00.00		ALUGUELO DE BENS MOVEIS		0.000,00	0,00	0,00	0,00	-0.000,00
2210.00.00.00	174	ALUGUELO DE OUTROS BENS MOVEIS	01-001001ED	0.000,00	0,00	0,00	0,00	-0.000,00
2220.00.00.00		ALUGUELO DE BENS IMOVEIS		0.000,00	0,00	0,00	0,00	-0.000,00
2220.00.00.00	175	ALUGUELO DE OUTROS BENS IMOVEIS	01-001001ED	0.000,00	0,00	0,00	0,00	-0.000,00
2400.00.00.00		TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		0.000.000,00	0,00	150.743,74	150.743,74	-849.256,26
2420.00.00.00		TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		500.000,00	0,00	101.851,39	101.851,39	-398.148,61
2420.00.00.00		TRANSFERENCIAS DE OUTROS UNICO		200.000,00	0,00	101.851,39	101.851,39	-98.148,61
2420.00.00.00	177	TRANSFERENCIAS DE OUTROS UNICO DESTINADAS A PROGRAMAS DE LUGAR	01-001001ED	50.000,00	0,00	0,00	0,00	-50.000,00
2420.00.00.00	178	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE OUTROS UNICO	01-001001ED	150.000,00	0,00	101.851,39	101.851,39	-48.148,61
2420.00.00.00		TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS		350.000,00	0,00	0,00	0,00	-350.000,00
2420.00.00.00	100	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DE ESTADOS A PROGRAMAS DE EDUCACAO	01-001001ED	150.000,00	0,00	0,00	0,00	-150.000,00
2420.00.00.00	101	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DE ESTADOS A PROGRAMAS DE EDUCACAO	01-001001ED	200.000,00	0,00	0,00	0,00	-200.000,00
2470.00.00.00		TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS		2.500.000,00	0,00	80.892,93	80.892,93	-2.419.107,07
2470.00.00.00		TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DA UNIO F DE SUAS ENTIDADES		1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	-1.000.000,00
2470.00.00.00	153	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIO DESTINADAS A PROGRAMAS DE	01-001001ED	100.000,00	0,00	0,00	0,00	-100.000,00
2470.00.00.00	154	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIO DESTINADAS A PROGRAMAS	01-001001ED	900.000,00	0,00	0,00	0,00	-900.000,00
2470.00.00.00	155	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIO DESTINADAS A PROGRAMAS	01-001001ED	100.000,00	0,00	0,00	0,00	-100.000,00
2470.00.00.00	156	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIO DESTINADAS A PROGRAMAS	01-001001ED	700.000,00	0,00	0,00	0,00	-700.000,00
2470.00.00.00	157	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIO	01-001001ED	100.000,00	0,00	0,00	0,00	-100.000,00
2470.00.00.00		TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL		1.400.000,00	0,00	80.892,93	80.892,93	-1.319.107,07
2470.00.00.00	189	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS	01-001001ED	100.000,00	0,00	0,00	0,00	-100.000,00
2470.00.00.00	190	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS	01-001001ED	300.000,00	0,00	0,00	0,00	-300.000,00
2470.00.00.00	191	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS	01-001001ED	100.000,00	0,00	0,00	0,00	-100.000,00
2470.00.00.00	192	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS	01-001001ED	900.000,00	0,00	0,00	0,00	-900.000,00
2470.00.00.00	193	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS	01-001001ED	600.000,00	0,00	80.892,93	80.892,93	-519.107,07



**PREF. MUNIC. DE BARRA DE GUABIRABA**

RUA MIGUEL TEIXEIRA, S/N

10/20982/0001-35

Exercício: 2014

**BALANCETE DA RECEITA DE DEZEMBRO ( 01/01/2014 A 31/12/2014 )****PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA**

Pag: 06 de 08

Código	Faixa	Especificação	Vínculo	Credor	Áncor Anterior	Áncor Período	Áncor Total	Operação
0900.00.00.00		CONVEIO DOS FUNDOS						
0900.00.00.00		DEDUÇÃO DE RECEITAS			0,00	2.508.580,10	-2.508.580,10	27.410,90
0900.00.00.00		DEDUÇÃO DO FUNDEB			0,00	2.508.580,10	-2.508.580,10	27.410,90
0910.00.00.00	190	DEDUÇÃO DO FUNDEB	01-001.001		0,00	2.508.580,10	-2.508.580,10	27.410,90
1721.01.02.00	055	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	01-001.001	ED-2.000.000.00	0,00	-1.848.942,25	-1.848.942,25	10.387,75
1721.01.05.00	056	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO TERRITORIAL RURAL	01-001.001	ED -10.000,00	0,00	-997,71	-997,71	5.092,20
1721.03.00.00	122	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERADO L.C. Nº 87/06	01-200.001	ED 2.000,00	0,00	-1.468,32	-1.468,32	501,85
1722.01.01.00	124	COTA-PARTE DO ICMS	01-301.001	ED -600.000,00	0,00	-624.230,23	-624.230,23	-104.253,08
1722.01.02.00	124	COTA-PARTE DO ICMS	01-301.001	ED -30.000,00	0,00	-28.708,85	-28.708,85	1.534,35
1722.01.04.00	126	COTA-PARTE DO ICMS SOBRE EXPORTAÇÃO	01-301.001	ED -4.000,00	0,00	-4.782,89	-4.782,89	-752,39
<b>TOTAL ORÇAMENTÁRIO</b>					<b>0,00</b>	<b>23.246.456,96</b>	<b>23.246.456,96</b>	<b>-4.143.543,04</b>

				Áncor Anterior	Áncor Período	Áncor Total
<b>CONSIGNAÇÕES</b>				0,00	1.718.836,10	1.718.836,10
6034	6034	OUTRAS RESTITUIÇÕES RPPS	110 - 000			0,00
6035	6035	CONTINUA. SERVIDOR ATIVO CIVIL P. O. RPPS	110 - 000			0,00
6037	6037	CONSIGNAÇÕES DEF. - PMRG	110 - 000		467.525,28	467.525,28
6038	6038	VA. CARD - PMRG	110 - 000		103,00	103,00
6039	6039	PREPAG - INSTITUTO DE PREV. DE BARRA - 000	110 - 000		675.832,79	675.832,79
6040	6040	PROGRATE	110 - 000			0,00
6041	6041	SIGN. GEG	110 - 000		14.426,31	14.426,31
6042	6042	SINDRO - SINDICATOS DOS PROFESSORES - 001	110 - 000		30.577,91	30.577,91
6043	6043	INSS - PV	001 - 001		239.945,14	239.945,14
6044	6044	DESCONTO DE FALTAS	001 - 001			0,00
6045	6045	Contribuição Previdenciária - PVSG	001 - 001		202.091,35	202.091,35
6046	6046	CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	001 - 001		71.855,97	71.855,97
6047	6047	INPOSTO SINDICAL COMPLET	001 - 001		17.385,42	17.385,42
6048	6048	Pensão Alimentícia	001 - 001		734,00	734,00
<b>RESTITUIÇÕES A PAGAR</b>				0,00	0,00	0,00
6049	6049	DESCONTOS DE PAGAMENTOS INDEVIDUAIS - 00	001 - 001			0,00
6050	6050	SALÁRIO FAMÍLIA	001 - 001			0,00
<b>TOTAL EXTRA ORÇAMENTÁRIO</b>				<b>0,00</b>	<b>1.718.836,10</b>	<b>1.718.836,10</b>

**TOTAL (ORÇAMENTÁRIO + EXTRA ORÇAMENTÁRIO)****24.965.293,06****Saldo do Exercício Anterior**

Recurso	Banco	Conta	Vínculo	Saldo Ex. Anterior
UNIDADE DE SAÚDE	001	10190-1	110 - 000 - 00	5.381,64
FUNÇÃO PÚBLICA	001	14301-2	250 - 000 - 00	269,76
SINA/SINPL/ES/NAI	001	17336-7	110 - 000 - 00	477,00
FVRS/PT	001	6861-8	110 - 000 - 00	0,00
AMF - ESQ	001	13000134-0	110 - 000 - 00	174,21
FUNASA	001	15789-6		0,00





**PREF. MUNIC. DE BARRA DE GUABIRABA**

RLA MIGUEL TEIXEIRA, S/N

10/20962/2001-39

Exercício: 2014

**BALANCETE DA RECEITA DE DEZEMBRO ( 01/01/2014 A 31/12/2014 )**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA

Pag: 37 de 68

Código	Data	Especificação	Vencido	Orcada	Anexo A: maior	Anexo B: menor	Anexo C: total	Diferença
				110 - 000 - CM				
		PRACA 001/03-7	355	13503165-0	110 - 000 - CM			601,80
		IPVA	154	410324-2	110 - 000 - CM			1.110,45
		IMPOSTOS	154	800610-4	110 - 000 - CM			3.518,75
		PMRG FUNASA	351	15798-5	110 - 000 - CM			605,35
		FUNASA 2	351	15767-8	110 - 000 - CM			2.213,58
		FUNDO DES. SOC.	356	13000195-7	110 - 000 - CM			41,30
		IPVA	356	13000192-2	110 - 000 - CM			581,59
		INFRA-ESTRUTUR	356	13000127-1	110 - 000 - CM			434,30
		DEPT. NAC. MINE	001	14642-0	110 - 000 - CM			144,38
		FAZS	001	16522-7	110 - 000 - CM			15,80
		TRATE	001	16001-1	200 - 000 - CM			1.101,51
		FUNDES - 1350-0	001	16566-0	240 - 000 - CM			11.111,45
		PDDE - 0492-0	001	6492-0	200 - 000 - CM			3.411,64
		MEL. DOMICILARI	001	17573-1	110 - 000 - CM			12.354,00
		CODE	001	14223-A	110 - 000 - CM			80,38
		FESR - 68	001	7130-8	110 - 000 - CM			12,84
		FFM	001	2132-9	110 - 000 - CM			158,10
		ICMS EXPORT.	001	23314-4	110 - 000 - CM			604,14
		ITE	001	6795-4	110 - 000 - CM			132,55
		MOVIMENTO	001	11155-4	110 - 000 - CM			19.008,12
		PROCUR	001	14133-4	200 - 000 - CM			189,78
		PROG. NAC. APCI	001	13445-7	200 - 000 - CM			21,53
		PROG. NAC. APCI	001	14135-6	200 - 000 - CM			84,47
		SALAR O. EDUCAC	001	12870-4	200 - 000 - CM			1.358,00
		PMRG - ESCOTAR	001	15037-3	110 - 000 - CM			831,45
		PMRG-MELHORIA	001	13450-0	110 - 000 - CM			4.547,77
		VERBA ESCOL	001	23167-1	200 - 000 - CM			1.681,68
		CRECHE	001	21310-1	110 - 000 - CM			11.801,18
		ICMS CAIXA	104	5030357-3	110 - 000 - CM			61.571,11
		MELHORIAS DOM	001	18201-6	110 - 000 - CM			246,70
		ESGOTAMENTO S	001	21873-4	110 - 000 - CM			80,61
		ESGOTAMENTO E	001	19506-5	110 - 000 - CM			289,34
		ACAD. CAS. CUAL	356	36029-0	110 - 000 - CM			3.478,91
		PMAS	001	8598-9	201 - 001			1.385,03
		PMB/APTA	001	21821-6	110 - 000 - CM			78,85
		QUADRA TQUEB	001	21832-2	110 - 000 - CM			748,15
		ESG. SANITARIO	001	21878-2	201 - 001 - CM			195,24
		PMBARRA - MSD	001	23621-9	201 - 001 - CM			5.202,00
		APRODAS CREG	001	25240-6	201 - 001 - CM			6.401,47
		SAR - PLANO DE V	001	24438-8	201 - 001			57.201,44
		FEATC DES.	001	25341-6	201 - 001			17,42
		<b>Total do Saldo</b>						<b>293.415,13</b>

TOTAL GERAL

25.254.702,22

BARRA DE GUABIRABA, 31 de dezembro de 2014

*[Assinatura]*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA

### DECRETO Nº 021 de 10 de Setembro de 2014.

Institui a Comissão do Plano Municipal de Educação PME – 2014 - 2024 e estabelece outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra de Guabiraba no uso da competência que lhe confere a lei orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º É instituída a Comissão do Plano Municipal de Educação – PME – 2014 -2024, composta por representantes dos diferentes segmentos da sociedade civil, com a finalidade de elaborar, acompanhar e avaliar este PME durante toda vigência deste PME, propondo as medidas que julgar necessárias para o desenvolvimento de seus princípios e diretrizes.

Art. 2º A Comissão do Plano Municipal de Educação será composta de no mínimo 8 (oito) e no máximo 20 (vinte) membros, devendo contar com representantes dos que fazem a Educação do Município e dos demais segmentos da sociedade.

§ 1º Os representantes, serão indicados pelos representantes legais de cada segmento.

§ 4º O mandato de cada representante está validado até o final da vigência deste PME (2024), se for necessário poderá haver substituição, por motivo justo e ou pelo não cumprimento do que diz o Art. 1º.

Art. 3º A Presidência da Comissão do Plano Municipal de Educação - PME, 2014 - 2024, será exercida pelo Secretário de Educação do Município em exercício ou de um componente da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O apoio e o suporte administrativos necessários para a organização, estrutura e funcionamento da Comissão, ficarão a cargo do governo municipal.





Art. 4º Pelas atividades exercidas na Comissão, os seus membros, não receberão qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra de Guabiraba - PE, 10 de Setembro de 2014.

**Antonio Carlos Lopes da Silva**  
Prefeito





## COMISSÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRA DE GUABIRABA

2015 - 2024

Nº	NOME	ÓRGÃO REPRESENTATIVO
01	MARIA DE FÁTIMA BEZERRA	EXECUTIVO
02	WILZA DRIELY OLIVEIRA TORRES	EXECUTIVO
03	JOSAFÁ NEVES DOS SANTOS	EXECUTIVO
04	CLEUBYA MARIA COSTA NASCIMENTO	LEGISLATIVO
05	ELIANE MARIA NUNES BENIZIO	LEGISLATIVO
06	ELZA LUCIALVA DE SOUZA RODRIGUES	CONSELHO MUN. EDUCAÇÃO
07	DANIELLY SIMONY NASCIMENTO	TECNICA DA SEMED
08	JUCELIA HENRIQUE RUPINO	GESTORA DA EMJA-EFAF
09	PAULA REGISA DA SILVA	PLANALC
10	EDILEUZA MARIA DA SILVA	GESTORA DA CRECHE TIA WALDEA
11	VERA LUCIA DE SANTANA	EREV. LEONALDO SOARES
12	ELIANE SUELY B. E. S. DO NASCIMENTO	REDE ESTADUAL
13	ADRIANO SOARES ARAGÃO	SUPERVISOR DA EMJA
14	ADRIANA RAMOS COSTA	MAIS EDUCAÇÃO
15	LEANDRO CICERO DA SILVA	PROFESSOR-EFAI
16	GILBERTO CORDEIRO DE MELO	PROFESSOR-EFAF/SISMUCBG
17	ANA PAULA NASCIMENTO	PROFESSORA-EFAF/ESTUDANTE DE PEDAGOGIA
18	ISALIA AMARA DA SILVA	PROFESSORA ITINERANTE
19		FAIS/EMJA
20	JOSE EDSON DA SILVA	ALUNO DEFICIENTE VISUAL-EMJA
21	DANIEL JOSÉ DO NASCIMENTO	REPRESENTANTE DA SEC. MUN. EDUCAÇÃO

Abreviações: EFAI - Ensino Fundamental Anos Iniciais  
EFAF - Ensino Fundamental Anos Finais  
EMJA - Escola Maria Judith de Albuquerque  
ECLS - Escola Cláudio Lopes

Rua Miguel Teixeira 140 - Centro - Barra de Guabiraba - PE CEP: 55.699-000  
Fone: (81) 3758 1145- CNPJ - 10.120.962/0001-38



## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BARRA DE GUABIRABA/PE

ATA DE PRESENÇA

DIA: 24 / 04 / 2015

LOCAL: AUDITÓRIO DA ESCOLA FRANCISDETE TENÓRIO  
AUDIÊNCIA PÚBLICA - PME - 2015 - 2024

Nº	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONE
01	Thaues Teixeira da Silva	Escola Francisdetenório	86421286
02	Helena Francisco dos Santos	"	3158.1453
03	Amorim da Silva dos Santos	"	85158327
04	Sandra Regina dos Santos	"	"
05	Alcides de Lima da Silva	"	88568259
06	Amalinda Nolas da Silva	"	84460289
07	Maria Regina da Silva	Escola Francisdetenório	93785446
08	Helena dos Santos da Silva	"	8825 5610





09	Fabiana Fátima de silve	Escola Agrícola Fátima	8466-6160
10	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8545-1221
11	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8806-9133
12	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8522-8013
13	Marina Regina de Oliveira	Escola Agrícola Fátima	88405122
14	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8435-0112
15	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8898-5191
16	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8633-0184
17	Gilberto Cordeiro de Melo	Escola Agrícola Fátima	8884-0992
18	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8894-3645
19	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8524-1006
20	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8800-8030
21	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8307-0886
22	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8553-1413
23	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8456-0042
24	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8349-1011
25	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8826-4510
26	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8326-5243
27	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8575-9352
28	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8731-7531
29	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	9219-6717
30	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8811-0111
31	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8833-3304
32	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8833-3304
33	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8833-3304
34	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8833-3304
35	Adriana Lima da Silva	Escola Agrícola Fátima	8833-3304

36 - Universidade de Pernambuco CRIATE TIA WALDISA 93273274  
37 - Universidade de Pernambuco Fátima Tia Waldisa 85003467  
38 - Universidade de Pernambuco Fátima Tia Waldisa 93037740  
39 - Universidade de Pernambuco Fátima Tia Waldisa 93037740













Nº	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONE
01.	Uze Kanno da Silva	Faculdade Paranaapanema	(81) 9768-0927
02.	Celso Carlos Costa	Faculdade Paranaapanema	(81) 9367-9022
03.	Pablo Ricardo Silva	Faculdade Paranaapanema	96335111
04.	Fernando M. da Silva	Faculdade Paranaapanema	(81) 98760-0645
05.	Berlúcio Ferreira de Silva	Faculdade Paranaapanema	98897-2248
06.	Marcos M. Gomes	Faculdade Paranaapanema	8537-5523
07.	Maria José de J. Araújo	Faculdade Paranaapanema	98801-1730
	Afonso Paulo Thompson	Faculdade Paranaapanema	8806-9775









**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**BARRA DE GUABIRABA/PE**

COMISSÃO DO PME - 2015-2019

ATA DE PRESENÇA DO GRUPO DE TRABALHO Nº -

DIA: 28, 04 12015

LOCAL: AUDITÓRIO DA ESCOLA FRANCISDETE TENÓRIO

Coordinators: Anne Kelly Boring & Alex de Gennaro

Nº	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONE
01	Fernando de San Francisco	Escola Estadual/Conselho do FURBEB	86 21 1707/3232940
02	Isilda Pereira de Almeida	Par. São Francisco de Assis - Teresopolis	88 98 57449/3662
03	João de Deus da Silva	Assoc. Francisco de Assis de N. e Silva	28721-2173
04	Luiz Roberto da Silva	Escola Claudio Luper	8764-2349
05	Marcelino Soares da Silva	Assoc. Representantes dos Pais	2864-1052
06	Maria R. de S. Rodrigues	Conselho Municipal de Educação	86934342
07	Albino Carlos da Silva	Conselho Municipal de Educação	98884-0997
08	Walter de Almeida	Conselho Municipal de Educação	98628-4630
09	Marina de Almeida	Moira Educação	986724940
10	Francisco de Almeida	Secretaria Municipal de Educação	8861-2424
11	Francisco de Almeida	Escola São Vicente	8712-9286
12	Maria de Almeida	Sec. de Administração	98326-5243
13	Francisco de Almeida	Sec. de Educação	99495-1116









**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**BARRA DE GUABIRABA/PE**

ATA DE PRESENÇA DO GRUPO DE TRABALHO Nº 10

DIA: 29 / 04 / 2015

LOCAL: AUDITÓRIO DA ESCOLA FRANCISDETE TENÓRIO

MEDIADORA: ALEMA ALVES DE CARVALHO

MEDIADORA: AIEDNA ALVES DE CARVALHO  
REDATORA: MARIA EDINEIDE DA SILVA ALBUQUERQUE

REDAÇÃO: MARIANA ESTRELA DA SILVA  
METAS: 15/16 - FARMACIA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS  
EDUCAR

Nº	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONE
01.	Carla Lúcia da Costa	Escola Estadual de Ensino Médio	8664.3414
02.	Carla Lúcia da Costa	Escola Estadual de Ensino Médio	8682.8867
03.	Carla Lúcia da Costa	Escola Estadual de Ensino Médio	8633.0484
04.	Maria Lauretina	Escola Estadual de Ensino Médio	8651.9556
05.	Liédine A. Gonçalves	Escola Estadual de Ensino Médio	4813.1030



[illegible]



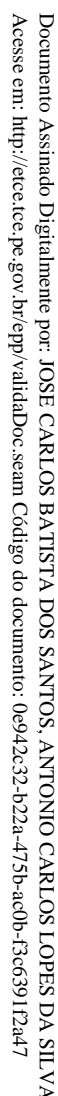










[illegible]

























01.	Ademir A. Louiallo	Dir. Proj. de Ensino Fundamental	081 98813-1030
02.	Marcia Figueira dos Reis	Secretaria	98682-8867
03.	Wilson Francisco de Sousa	Aluno	86330884/9651424
04.	Maria Lourivaldo	Professora	8681-9536
05.	Maria Izabel da Costa	Aluna	8664-3374



















**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**BARRA DE GUABIRABA/PE**



**APRESENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO  
MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA – 2015 – 2024**

**DOCUMENTO BASE**

DISCUSSÃO PARA APROVAÇÃO DAS METAS E ESTRATÉGIAS  
ELABORADAS E ALGUMAS, REELABORADAS NOS MOMENTOS DE  
ENCONTROS DA COMISSÃO E DURANTE A APRESENTAÇÃO DO PME.





## Apresentação do Plano Municipal de Educação

- 01 - Maria Gótti da Silva
- 02 - Yversonlandia Sandra da Silva Andrei
- 03 - Elza Flaudiana de S. Rodrigues
- 04 - Maria Angela da Silva Lima
- 05 - Maria Luciana da Silva
- 06 - Maria Lucia Barbosa
- 07 - Heli Kurnal de S. Neto "Carg. Tutor"
- 08 - Maria Cleusa Vidal
- 09 - Nelma Marilue
- 10 - Socreina Alves da Oliveira
- 11 - Amara Maria Batista
- 12 - Marcelina Gomes da Silva
- 13 - Eliane Maria Nunes Barros
- 14 - José Renato Arrais e Silva
- 15 - Cláudio Melo Amora
- 16 - Jai Quintino do Nascimento
- 17 - Gilberto Córdova de Melo
- 18 - Maria Regiane de Oliveira
- 19 - Josefa Maria da Silva
- 20 - Julianne Cilene da Silva
- 21 - Ana Luiza Matos de Melo
- 22 - Valentes Cicero da Silva
- 23 - Gracelly Fernanda Barros de Melo
- 24 - Elaine Maria dos Santos Amorim



- 25 Maria dos Reis de Oliveira
- 26 Carolaine Soares G. Batista
- 27 Maria Izabel da Costa
- 28 Adelma Aires de Carvalho
- 29 Maria Laurentino dos Santos
- 30 Sandra Regina dos Santos
- 31 Waldirene Gomes da Silva
- 32 Nilce Francelina da Conceição
- 33 Maria Helizomilde Felix Durval
- 34 Raquel Soares da Silva
- 35 Marlene de Lima
- 36 Lucineide Soares da Silva
- 37 Marcelene Marcelene dos Santos
- 38 Maria dos Santos da Silva
- 39 Maria do Socorro dos Santos da Silva
- 40 Jeni Amorim Cavalcanti de Albuquerque
- 41 Maria de Fátima de Oliveira
- 42 Odivanilda Maria de Oliveira
- 43 Elisma Nunes Padilha Formosa
- 44 Maria José Lopes Ribeiro
- 45 Zenilda de C. da Silva
- 46 Enilda Bento
- 47 Fabiana Fátima da Silva
- 48 Felma Lenacoli de Souza
- 49 Maria de Fátima da Silva
- 50 Maria Felma da Silva





51º 1 Duanylles Ambrósio B. Silva Nascimento

52º 2 na Paula de Nascimento

53 Andra Alves de Carvalho Silva

54 Isakel Cristina Serrano Silva

55 Danully Amorim Nascimento

56 Adriano M. Barros Costa

57 Isalia Arraia da Silva

58 Vanessa Azeiteiro da Silva

59 Felipe Roberto de Med

60 CARLOS FERRANDO SILVA

61 Lucila Luperque Rêgo

62 Afonso S. Santos Araújo

63 Marcelene M. da Conceição Bezerra Andrade

64 Maria Célia da Silva

65 Daniel J. Nascimento

66 Maria Luísa dos Santos

67 Juliana Rosa de Souza Megueira

68 Edlunza M. da Silva

69 Altemir Monteiro Lima de Almeida

70





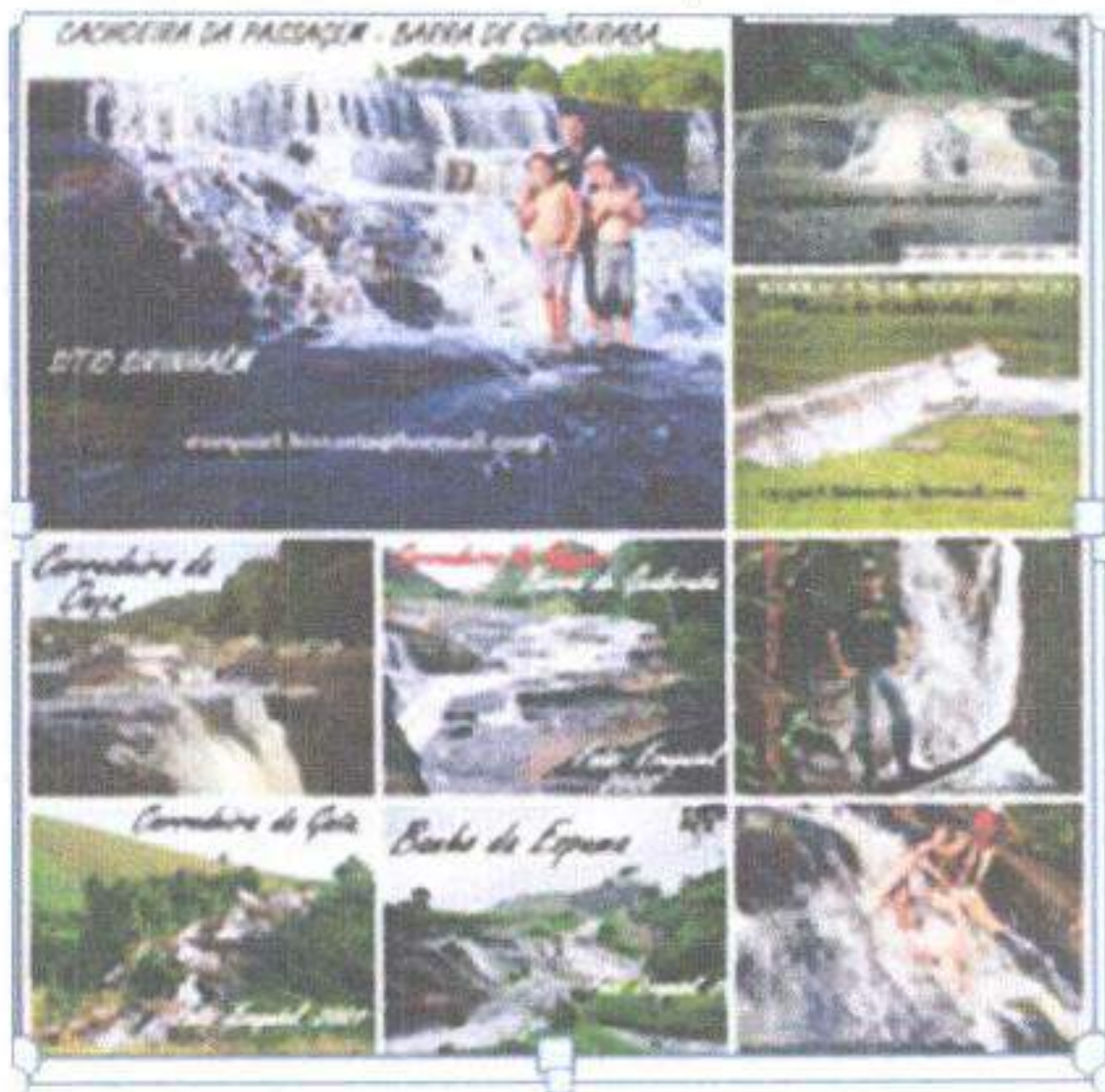
## Secretaria de Educação Promove Audiência Pública

A Secretaria Municipal de Educação da Cidade de Barra de Guaporé realizou na tarde desta sexta-feira (24 de abril de 2017) uma audiência de escola Fraternidade Terceiro, uma instituição pública onde foram apresentadas e discutidas as propostas para melhoria da educação do Município. A reunião foi presidida pelo Secretário Municipal de Educação Daniel Tomazini.





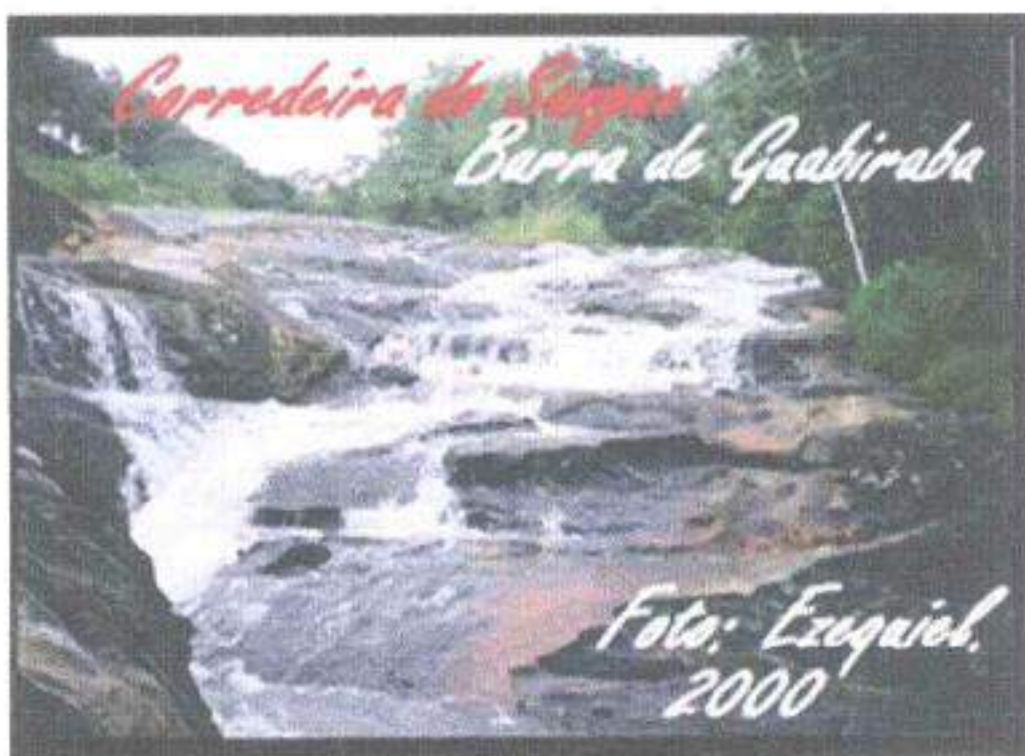
## Cenário de Belezas Naturais do Município de Barra de Guabiraba







## CENÁRIO DE BELEZAS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE BARRA DE GUABIRABA







## AUDIÊNCIA PÚBLICA – 24 DE ABRIL 2015





Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CARLOS BATISTA DOS SANTOS, ANTONIO CARLOS LOPES DA SILVA  
Acesse em: <http://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e942c32-b22a-475b-ac0b-f3c6391f2a47